

Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056

Orientações para o estudo

PARTE II. Para conhecer a sociedade portuguesa: conhecimento empírico, descrição e interpretação

Tema 6. Instituições e Sociedade: Sociedade Civil, Estratificação Social e Cultura – Semana 3

Nesta última semana dedicada ao tema 6 da parte II do programa desta unidade curricular centrar-nos-emos no subtema 6.4. “Identidade e Cultura”. Com este último subtema, regressamos às preocupações que nos ocuparam na parte I do programa, “Teorias e epistemologia da análise das sociedades”. Não se trata, contudo, de uma repetição de conteúdos. Antes, as ideias discutidas na parte I do programa, que deverão ter informado, de forma explícita ou implícita, todas as ideias que abordámos ao longo do semestre, serão agora desenvolvidas com o caso português em mente. Deste modo, torna-se possível compreender com uma densidade diferenciada o mesmo conjunto de ideias basilares (a centralidade do Estado-nação na modernidade, a imaginação histórica das nações, o nacionalismo, entre outras), o que, agora, poderá ocorrer estando todos/as vós já na posse dos vários dados empíricos e conceitos que discutimos nos últimos meses. Graças a isto, a vossa compreensão do significado histórico, político, cultural e sociológico da identidade portuguesa – um dos eixos centrais, ou mesmo o eixo central, desta unidade curricular – poderá ser agora mais sólida do que era quando, no início do semestre, discutimos os trabalhos de Benedict Anderson e de Immanuel Wallerstein *et al.*

O texto de José Mattoso que têm para ler esta semana é uma excelente obra para encerrarmos esta unidade curricular. Mattoso realiza uma investigação histórica da identidade portuguesa que tem fortes ligações com a pesquisa mais geral, e ancorada noutros Estados-nação, levada a cabo por Benedict Anderson. Tal como Anderson, Mattoso rejeita a ideia de que as identidades nacionais – no caso, a portuguesa – são algo natural, essencialista e com uma origem historicamente longínqua. Como outras identidades nacionais, a identidade portuguesa é o resultado de um conjunto de processos históricos de imaginação e disseminação de uma história, uma mitologia e um sentimento que unem todos os/as portugueses/as. Como outras identidades nacionais, ela começou por ser imaginada por elites, tendo-se alargado a outras categorias sociais de modo lento e historicamente recente – no caso português, como Mattoso deixa claro, apenas no final do século XIX se constrói uma identidade nacional que todos/as os habitantes do território jurídico-político-administrativo do Estado-nação português reconheçam como sua.

Mattoso deixa bem claro que a identidade portuguesa, como todas as identidades nacionais, é, inerentemente, excludente, assentando na distinção entre “nós”, que somos portugueses, e “eles”, que são estrangeiros. Mais ainda, sendo também valorativa, esta forma de

construir a identidade portuguesa baseia-se no suposto valor superior dos portugueses, que decorre tão só e imediatamente do facto de serem portugueses, que apenas pode fazer sentido por contraponto à diferença (em geral, para pior) dos estrangeiros, que decorre tão só e imediatamente do facto de não serem portugueses. Ainda que esta diferença nos pareça óbvia e natural, não há nada de evidente neste processo de categorização da identidade portuguesa. Em concreto, esta lógica dicotómica (nós/eles) ancora-se, supostamente, num conjunto de características que podem ser atribuídas à categoria “nós, portugueses”, mas não aos estrangeiros. Estas características são, contudo, tudo menos do que claras e resultam de jogos de força política (*lato sensu*) que decorrem desde o final do século XIX.

A inexistência de uma identidade portuguesa sentida como tal por todos/as portugueses/as antes do final do século XIX é, aliás, expressa por eventos anedóticos tais como o relatado no início do texto de Mattoso sobre o encontro do rei D. Luís com pescadores que afirmavam não ser portugueses mas, antes, da Póvoa do Varzim. Em Portugal, na recta final do século XIX, era ainda prevalecente a sobre posição da identificação local sobre a identificação nacional que caracterizou o feudalismo.

Durante o feudalismo, o rei mais não era do que um *primus inter pares*, *i.e.*, um senhor feudal que se encontrava acima de todos os outros senhores feudais na hierarquia das relações de vassalagem. Num mundo com mobilidade reduzida entre localidades, onde a maioria da população era analfabeta e onde não existiam estruturas político-administrativas centralizadas com alcance nacional, as relações de dependência feudal era, primeiramente, as que ligavam cada indivíduo ao senhor que detinha como propriedade pessoal o pequeno território em que se nascia, vivia e morria. A maioria dos indivíduos, incluindo a maioria dos nobres, era súbdito directo de um senhor feudal que não o rei. Apenas indirectamente a subordinação à autoridade e à figura do rei era concebível para tais sujeitos.

A identidade portuguesa, tal como outras identidades nacionais, é um fenómeno da modernidade. Como Mattoso deixa claro, “a generalização da consciência da identidade nacional pela totalidade da população portuguesa não se pode presumir como um facto antes da difusão de fenómenos característicos do fim do século XIX e que em Portugal se verificaram sobretudo a partir de 1890, como seja a difusão da escrita e da imprensa, a implantação de um sistema eleitoral, a generalização de práticas administrativas uniformes e a participação activa da população na vida pública” (Mattoso, 1998, sem número de página).

A construção da identidade portuguesa implicou não só um processo de categorização como também processos de atribuição de significado e de valor. Isto, necessariamente, envolveu atribuir significado a diversas noções complementares da de identidade nacional, tais como “reino”, “naturalidade”, “pátria”, “fronteira”, “sucessão régia” ou “poder sagrado do rei”. Ao longo do processo histórico de significação destas noções, foi-se concebendo e generalizando lentamente a ideia de que a nação portuguesa – como todas as outras – é a comunidade

composta pelos que naturais do território dentro das fronteiras jurídico-administrativas do reino de Portugal.

Este processo envolveu lutas pelo poder entre membros das elites – da nobreza, sobretudo, mas também do clero – das quais, progressivamente, o rei de Portugal e os seus próximos foram saindo vitoriosos. O rei assumiu-se lentamente como algo mais do que um *primus inter pares*, centralizando o poder directamente na sua pessoa.

Estes jogos de poder não envolveram apenas as elites, extravasando para as restantes categorias sociais. Com isto, progressivamente, a identificação com localidade tornou-se secundária perante a identificação com a pátria, que decorreria directamente do facto de se nascer em Portugal. Que a construção da nacionalidade portuguesa foi e é o resultados de jogos de poder fica claro quando observamos a transformação histórica das obrigações recíprocas locais em obrigações unilaterais do nacional para com a nação. Desde cedo que a “pátria” foi um conceito com elevada carga emocional e que apelava a uma noção de sacrifício individual pela comunidade. Mas esta “pátria”, na Idade Média, era a comunidade local onde todas as gerações da família tinham vivido e continuariam a viver. Se, hoje, com a globalização, se vulgarizou a ideia – de resto, sociologicamente incorrecta – de que o mundo é uma aldeia, durante a Idade Média o mundo era, para a maioria dos indivíduos, muito literalmente a sua aldeia. Esta permanência local e as relações de obrigação mútua entre camponeses e senhor feudal levavam à ideia de que poderia ser necessário realizar sacrifícios por esta pequena pátria – para a defender o exterior, para garantir a sua sobrevivência. Estas obrigações individuais, contudo, eram acompanhadas por direitos estabelecidos tradicionalmente nas relações feudais: se o camponês tinha deveres para com o senhor, também este tinha obrigação de proteger o camponês.

Ao transformar-se, lentamente, em sinónimo de comunidade composta por todos/as portugueses, a pátria passa a ter associados deveres individuais automáticos e unilaterais. O nascimento como português/a torna cada um/a, automaticamente, em parte da comunidade nacional mais vasta, que ultrapassa cada indivíduo e, em abstracto, protege cada um deles. Logo, cada um deles tem uma obrigação fundamental de se sacrificar por esta colectividade, no limite, sacrificando a sua própria vida. Ao contrário do que ocorria no feudalismo, as obrigações individuais deixam, portanto, de decorrer da relação recíproca com o senhor feudal, composta por direitos e deveres mútuos. A naturalidade nacional constitui imediatamente a obrigação individual. Concomitantemente, dado que a protecção que a pátria fornece a cada indivíduo é vaga ao ponto de, muitas vezes, ser empiricamente inexistente, na prática, os membros desta comunidade têm obrigações, mas não, rigorosamente, direitos. (Será importante não confundir a pátria com a ideia de Estado Social: há nações que pouca ou nenhuma protecção factual fornecem aos sujeitos, como ocorreu, em grande medida, em Portugal, até à incipiente formação de um Estado Social pós-1974, bastante depois de ter sido criada uma ideia de identidade portuguesa.)

Esta ampliação do local para a totalidade do território do Estado-nação, como referi, apenas atinge um ponto em que, inegavelmente, podemos falar numa identidade portuguesa sentida como tal por todos/as os/as portugueses no final do século XIX. É desde período em diante que, muito graças à difusão da imprensa escrita e à aposta crescente na alfabetização, existe um conjunto alargado de indivíduo capazes de perceber e incorporar a história, a mitologia e a emoção da identidade portuguesa. É também a partir deste momento histórico que começam a tornar-se regulares e frequentes as estratégias culturais e, por vezes, propagandistas, dirigidas às classes populares para estimular a ideia de que o patriotismo é um valor supremo (*e.g.*, celebração de datas simbólicas da história nacional, exaltação de heróis nacionais, apelo ao espírito cívico, entre outros).

O momento histórico em que a amplitude do reconhecimento da identidade nacional se torna pela primeira vez óbvio ocorreu na sequência do Ultimato inglês de 1890, de que já falámos noutros temas do programa desta unidade curricular. Pela primeira vez, a identidade portuguesa torna-se num valor para as classes populares, como se verificou pelas manifestações populares de indignação perante o Ultimato e a capitulação portuguesa. Poucas décadas antes deste momento, quando os intelectuais portugueses se ocupavam a discutir a decadência de Portugal, poucos prestavam atenção ao que estes – com ou sem razão – diziam. Mas, de 1890 em diante, mais de 7 século após o Milagre de Ourique e a Batalha de São Mamede, finalmente, podemos falar de forma historicamente rigorosa em algo que é a identidade portuguesa.

Entre muitas outras coisas, a lentidão e carácter recente da identidade portuguesa deverá deixar claro que todos os movimentos de celebração desta identidade – sejam eles honestos ou desonestos – dizem respeito menos a factos longínquos do que a mitos imaginados ou reimaginados em períodos históricos recentes. Dizem também menos do que os/as portugueses são e foram do que da forma como foram imaginados como sendo e tendo sido. Cada um/a tirará daqui as considerações políticas e pessoais que bem entender. Mas, agora, todos/as estamos na posse de ferramentas conceptuais e dados históricos suficientemente robustos para que essas considerações, sejam elas quais forem, tenham passado pelo crivo da crítica fundamentada.

Para realizar o estudo do subtema 6.4 da Parte II do programa curricular, deverá ler o texto indicado de seguida.

Mattoso, José (1998), “O processo de categorização da identidade nacional”, “Atribuição de significado”, “Atribuição de valor”, *in idem, A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.

Tenha em mente que os materiais de apoio ao estudo disponibilizados não substituem a leitura dos textos acima indicados.

Como actividade formativa opcional (não avaliada), procure resumir as principais ideias do texto indicado como bibliografia obrigatória. Partilhe as suas dúvidas e comentários interpretativos (ancorados na bibliografia e não, meramente, comentários de senso comum) no fórum da UC para serem discutidos com a equipa docente e os/as colegas.

Este texto foi preparado por João Aldeia para o ano lectivo 2023/2024 da unidade curricular Sociedade Portuguesa Contemporânea 41056.



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>